

SUMÁRIO

04 INTRODUÇÃO

04 Este Guia é fruto de um trabalho conjunto

06 Por que fazer um Observatório da Primeira Infância?

08 PASSO-A-PASSO

08 PASSO 1 – Mapeamento sobre o tema

14 PASSO 2 – Levantamento de indicadores

18 PASSO 3 – Ouvir as crianças

22 PASSO 4 – Boas práticas para a primeira infância

24 PASSO 5 – A plataforma

26 CONCLUSÃO

26 Plataformas para inspiração e consulta

27 Referências

CRÉDITOS

REALIZAÇÃO
Rede Nossa São Paulo
Fundação Bernard van Leer

PRODUÇÃO E CONTEÚDO
Rede Nossa São Paulo
Rede Conhecimento Social

DESIGN
Sabiá Design Brasileiro

2017 – 1^a EDIÇÃO

ESTE GUIA É FRUTO DE UM TRABALHO CONJUNTO

REDE NOSSA SÃO PAULO

A Rede Nossa São Paulo (RNSP) é uma organização da sociedade civil que tem por missão mobilizar diversos segmentos da sociedade para, em parceria com instituições públicas e privadas, construir e se comprometer com uma agenda e um conjunto de metas, articular e promover ações, visando a uma cidade de São Paulo justa e sustentável. Sua atuação é pautada pelo combate à desigualdade, pela promoção dos direitos humanos, pela participação e controle social, e pela transparência e respeito ao meio ambiente.

Fundada em 2007, a RNSP atua em parceria com diversos segmentos da sociedade na proposição e construção de uma agenda que apoie a gestão pública na formulação de políticas mais inclusivas. Atualmente, é responsável pela coordenação do Programa Cidades Sustentáveis (PCS), presente em mais de 171 cidades brasileiras, e pelo desenvolvimento de metodologias e conteúdos como o Programa de Metas, o Mapa da Desigualdade e o IRBEM (Indicadores de Referência de Bem-Estar do Município), que conta com uma versão dedicada exclusivamente à criança e ao adolescente.

A experiência da Rede Nossa São Paulo gerou iniciativas semelhantes em várias cidades brasileiras e na América Latina, o que resultou na criação das Redes Social Brasileira por Cidades Justas, Democráticas e Sustentáveis e Latino Americana por Cidades Justas, Democráticas e Sustentáveis.

BERNARD VAN LEER

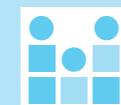
A Fundação Bernard van Leer acredita que garantir a todas as crianças um bom começo na vida é a coisa certa a se fazer e a melhor forma de construir sociedades saudáveis, prósperas e criativas. Somos uma Fundação privada que desenvolve, compartilha conhecimentos e práticas bem-sucedidas no campo do desenvolvimento da primeira infância. Fornecemos apoio financeiro e técnico aos nossos parceiros – governos, sociedade civil e mundo empresarial – para testar e escalar serviços eficazes para crianças durante a primeira infância e suas famílias.

Nos últimos 50 anos, atuamos em todas as regiões do planeta, investindo mais de meio bilhão de dólares. As parcerias desenvolvidas durante esse percurso contribuíram para o aprimoramento de políticas públicas em mais de 25 países, promoveram a melhoria de serviços e de práticas de capacitação – amplamente adotadas por governos e organizações não governamentais – e inspiraram iniciativas inovadoras.

NOSSA ESTRATÉGIA 2016-2020: TRANSFORMAR PARA ESCALAR

Depois de cinco décadas investindo no desenvolvimento da primeira infância, a Fundação Bernard van Leer entra agora em uma nova fase, em que o principal desafio é o de transformar para escalar. Muitas iniciativas para melhorar a saúde, a nutrição, a proteção e a aprendizagem das crianças durante a primeira infância provaram ser eficazes em projetos em pequena escala, mas como fazer para atingir centenas de milhares ou milhões de crianças?

Nossa estratégia ajudará a responder essa questão ao construir parcerias em três áreas:



PARENTS+ Combinar a formação de pais e mães em desenvolvimento na primeira infância com serviços que atendam às necessidades básicas das famílias.



URBAN 95: Incorporar no planejamento e gestão das cidades o foco no desenvolvimento da primeira infância.



BUILDING BLOCKS: Disseminar o conhecimento científico relacionado aos cuidados na primeira infância. Compartilhar as práticas mais bem-sucedidas na transição de programas de primeira infância de pequena para larga escala.

POR QUE FAZER UM OBSERVATÓRIO DA PRIMEIRA INFÂNCIA?

Aprimeira infância compreende o período da vida que começa na gestação e vai até os 6 anos de idade. A atenção dada a essa população vem sendo debatida em diferentes áreas do conhecimento e é cada vez mais evidente a importância de se criar e garantir um ambiente propício para o desenvolvimento saudável, seguro e integral das crianças a partir dos primeiros anos de vida. Isso significa oferecer condições para que elas possam crescer com dignidade e melhores perspectivas futuras, com especial atenção àquelas que vivem em contexto de pobreza e vulnerabilidade social.

Se a criança é tratada como prioridade absoluta em nossa Constituição Federal, é preciso que a sociedade brasileira como um todo se mobilize para que isso se concretize. Para assegurar um melhor desenvolvimento a bebês e crianças nessa fase, é importante considerar aspectos como o vínculo, afetividade, convivência social, o processo de aprendizagem, condições de saúde e, para além da própria criança, é indispensável olhar ao seu redor, a situação da família, sua casa, escola, bairro, grupos e espaços que frequentam.

É importante também se questionar: será que em nossa cidade estamos garantindo tais condições para o desenvolvimento integral dos bebês e das crianças? A cidade que temos é segura, saudável e acolhedora para nossas meninas e meninos?

Uma das iniciativas que contribuem para essa reflexão é a construção de um observatório que, ao se juntar a diversas outras ações, que coloca a criança no foco da gestão pública e do desenvolvimento urbano justo e sustentável. Quando uma cidade consegue acolher as demandas da primeira infância, garante a cidadania antes mesmo do nascimento.

A partir da experiência piloto de implantação do Observatório da Primeira Infância (OPI) em São Paulo, produzimos este manual, que compartilha os cinco passos percorridos para sua construção. Inspirado no Programa Cidades Sustentáveis, Urban95 (Fundação Bernard van Leer) e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU), a iniciativa tem o objetivo de organizar dados e visões sobre as condições de vida de crianças de 0 a 6 anos, abordando temas da saúde, educação, uso da cidade, infraestrutura e planejamento urbano, consumo responsável, cultura, esporte, economia criativa e sustentável e equidade social.

Esperamos que este material possa inspirar os gestores públicos a criarem seus próprios observatórios, para cuidar de seus pequenos cidadãos. Quando uma cidade consegue acolher as demandas da primeira infância, garante a cidadania antes mesmo do nascimento.

Boa leitura!

REDE CONHECIMENTO SOCIAL

PROGRAMAS E ESTRATÉGIAS INSPIRADORAS

REFERÊNCIAS QUE INSPIRARAM ESTA INICIATIVA:

- **PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS (PCS)** – O Programa Cidades Sustentáveis (PCS) tem o objetivo de sensibilizar, mobilizar e comprometer a sociedade e os governos locais para o desenvolvimento justo e sustentável das cidades, fundamentado pelo combate à desigualdade, pela promoção dos direitos humanos, pela participação e controle social, bem como pela transparéncia e respeito ao meio ambiente. O PCS é uma iniciativa apartidária, estruturado em 12 eixos temáticos, que oferece aos gestores públicos uma agenda completa de sustentabilidade urbana – a Plataforma Cidades Sustentáveis –, que integra as dimensões social, ambiental, econômica, política e cultural, alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.
- **PRÊMIO CIDADE DA CRIANÇA** – Realizado pelo PCS em parceria com o Projeto Prioridade Absoluta, do Instituto Alana, foi uma das categorias temáticas da segunda edição do Prêmio Cidades Sustentáveis. Seu objetivo foi reconhecer, promover e premiar cidades que garantam às crianças um crescimento com amplo acesso ao conhecimento, uma vida saudável e uma rede de proteção, lazer e amparo que lhes assegure os direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- **URBAN95** – Se você olhasse a cidade de uma altura de 95 cm (a altura média de uma criança saudável de três anos), o que você faria de diferente? Urban95 é a estratégia da Fundação Bernard van Leer que busca trabalhar com planejadores urbanos, arquitetos, engenheiros e gestores públicos municipais para apoiar o desenvolvimento saudável de crianças pequenas que crescem em ambientes urbanos. Nossa objetivo é apoiar espaços que sejam mais saudáveis, seguros e estimulantes para crianças mais novas, para seus cuidadores, e para todos. Desenvolvemos parcerias plurianuais com cidades pioneiras de várias partes do mundo. Apoiamos essas cidades com assistência técnica e financeira para testar e escalar inovações Urban95 referentes ao espaço público, à mobilidade, ao gerenciamento de dados e à formação de pais. Também buscamos oportunidades para escutar as crianças no debate global sobre o futuro das cidades.

ART. 227º

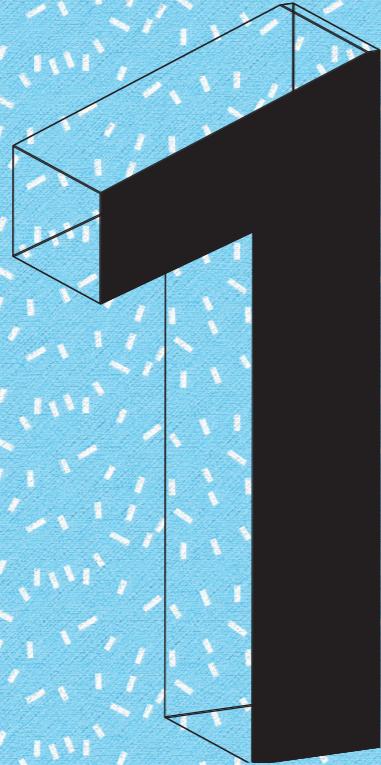
É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Constituição Federal/1988

ART. 7º

A criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento saudável e harmonioso, em condições dignas de existência.

Lei nº 8.069/1990 – ECA



PASSO 1: MAPEAMENTO SOBRE O TEMA

Entendendo que muitas organizações e especialistas têm seu foco de atuação e inúmeras produções de conhecimento voltados para a primeira infância, o passo inicial tem como objetivo reconhecer e aproximar o observatório dos principais debates no campo. Para isso, podem ser promovidas as seguintes atividades:

- Escuta com representantes de instituições e estudiosos
- Levantamento de legislação pertinente

- Levantamento bibliográfico e de experiências relacionadas

ESCATAS COM REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÕES E ESTUDIOSOS

Um roteiro com perguntas abertas é a base para as entrevistas realizadas. Por ser um passo de exploração, é importante destacar que as perguntas não são e não devem ser estáticas. O entrevistador deve ter liberdade para aprofundar pontos que considere relevantes para a construção do Observatório ou, até mesmo, excluir alguma questão que considera desnecessária para aquele interlocutor.

PRINCIPAIS PERGUNTAS PARA A ESCUTA:

- Quais as experiências da pessoa entrevistada com o tema primeira infância?
- Quais as experiências da organização que representa com o tema primeira infância?
- Como a organização tem interpretado o conceito de primeira infância e traduzido isso em sua prática?
- Quais as áreas que considera prioritárias quando se fala em primeira infância?
- Quando se pensa em um observatório da primeira infância, o que vem à cabeça? Isso se baseia em algum observatório que já conheça? Se sim, peça para descrever e apontar o que é bom e o que poderia ser melhor em observatórios que já existem.
- Apresentar a estrutura do observatório que será criado em sua cidade: Faz sentido esse desenho? Há alguma sugestão para o olhar sobre indicadores? E sobre outras estratégias de monitoramento?
- Há referências que gostaria de compartilhar?
- De que forma as informações e dados podem ser organizados no observatório?

RESULTADOS DO PILOTO

Nas escutas realizadas em São Paulo, observou-se a preocupação dos especialistas⁽¹⁾ em:

- Questionar sobre qual infância queremos que as crianças vivam e como a administração pública responde a esta perspectiva.
- Questionar sobre como as crianças veem sua vivência nas instituições;
- Apurar o olhar para a criança na sua integralidade, uma vez que "na transição

(1) Na experiência de São Paulo foram realizadas entrevistas inicialmente com organizações e indivíduos que compõem o GT Criança e Adolescente da Rede Nossa São Paulo (UNICEF, Instituto Alana, Instituto Zero a Seis, Visão Mundial, NECA, Materne, 4Daddy, NUPPS - Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da USP e o especialista Cícero Yagl) e o GT Educação (educadora e pesquisadora de educação infantil Janaina Maudonnet), bem como organizações e redes com foco de atuação na temática, como Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, a Rede Nacional de Primeira Infância e Conselho Federal de Serviço Social.

PASSO-A-PASSO

da assistência para a educação houve avanços, mas também algumas perdas, pois a forma como a educação trata a infância é menos preocupada com a visita às famílias, compreensão do contexto, atendimento e proteção”.

- Dar atenção às “crianças invisíveis”: aquelas em situação de rua, acolhimento institucional, que vivem em cortiços ou sub-habitações, que estão sujeitas a privações de toda sorte, assim como ao abuso sexual, violências e outras questões sensíveis que vão além da condição de moradia.
- Desafiar-se enquanto observatório sobre como garantir a escuta das crianças, a sistematização e publicidade de suas demandas. Principalmente, sobre como escutar as crianças invisibilizadas pelo sistema.
- Inserir o debate sobre a importância dos vínculos e afetos como áreas prioritárias para o desenvolvimento humano pleno.
- Ampliar a abordagem sobre primeira infância hoje focada na relação mãe-filho, para uma visão mais complexa e macro, inserindo eixos como o planejamento familiar e a participação dos pais na criação dos filhos.
- Constituir um observatório eficiente com informações relevantes, uma inteligência eficaz e fácil de ser compreendida e compartilhada (com possibilidades de filtros, cruzamentos e mapeamento de dados, por exemplo).
- Possibilitar uma leitura da condição das crianças no município a partir de suas fases de desenvolvimento e não só por áreas temáticas tradicionais, para permitir um olhar integral e não setorizado. As fases sugeridas foram: 1. Planejamento; 2. Gestação; 3. Neonatal; 4. 0-3 anos; 5. 0-6 anos.

LEVANTAMENTO DE LEGISLAÇÃO PERTINENTE

Para construir um panorama sobre a questão da primeira infância, além de escutar os especialistas no tema, é preciso também conhecer as ações políticas que incidem nessa população. Esse levantamento pode ser relevante para apoiar o monitoramento da implementação das normativas em seu município.

As informações no âmbito nacional estão disponíveis no Portal da Legislação, onde constam leis, decretos e portarias. Para o contexto local em que se pretende implantar o OPI, é importante verificar os sites da Assembleia Legislativa do seu estado e a Câmara de Vereadores do

seu município.

RESULTADOS DO PILOTO

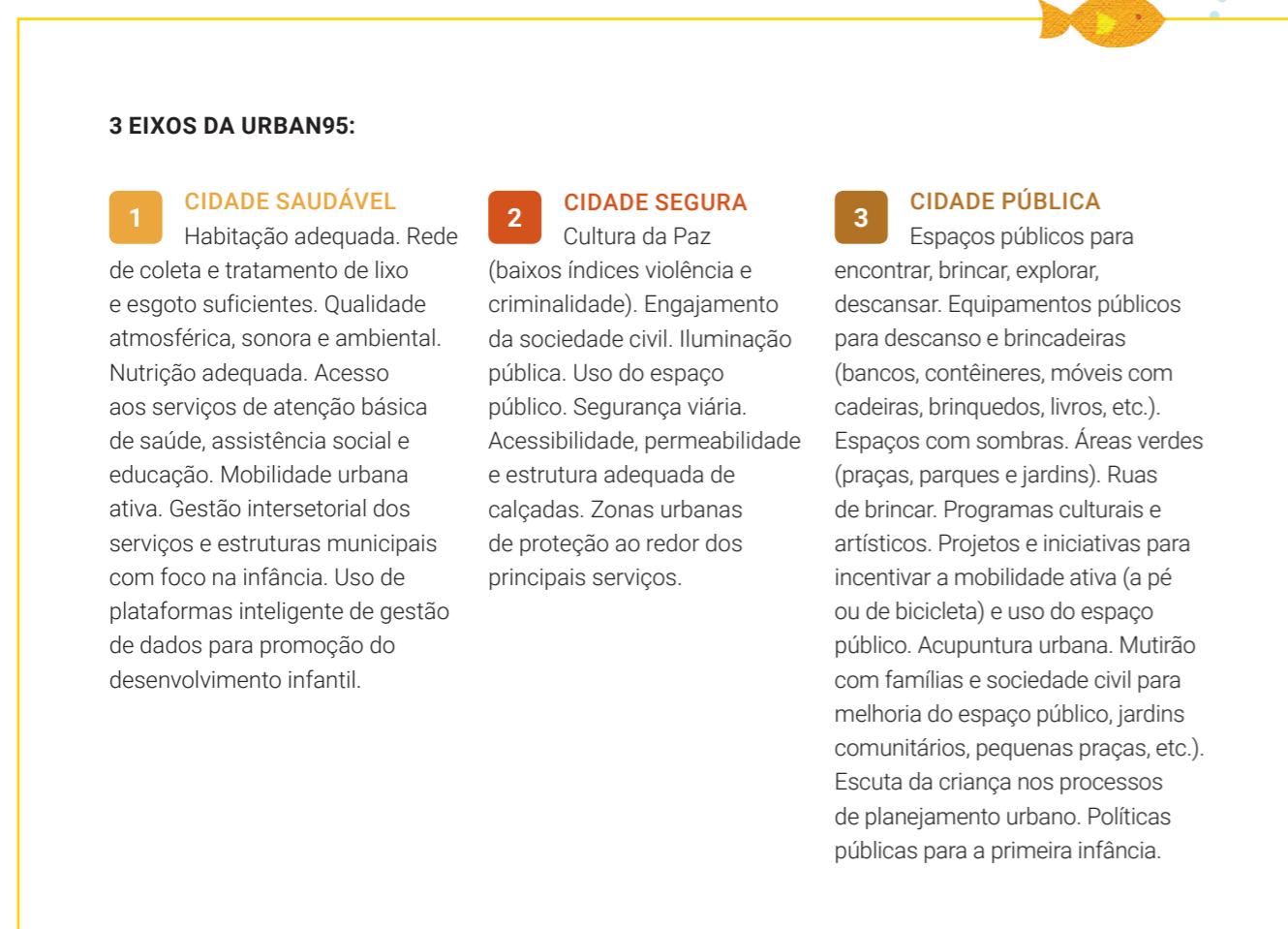
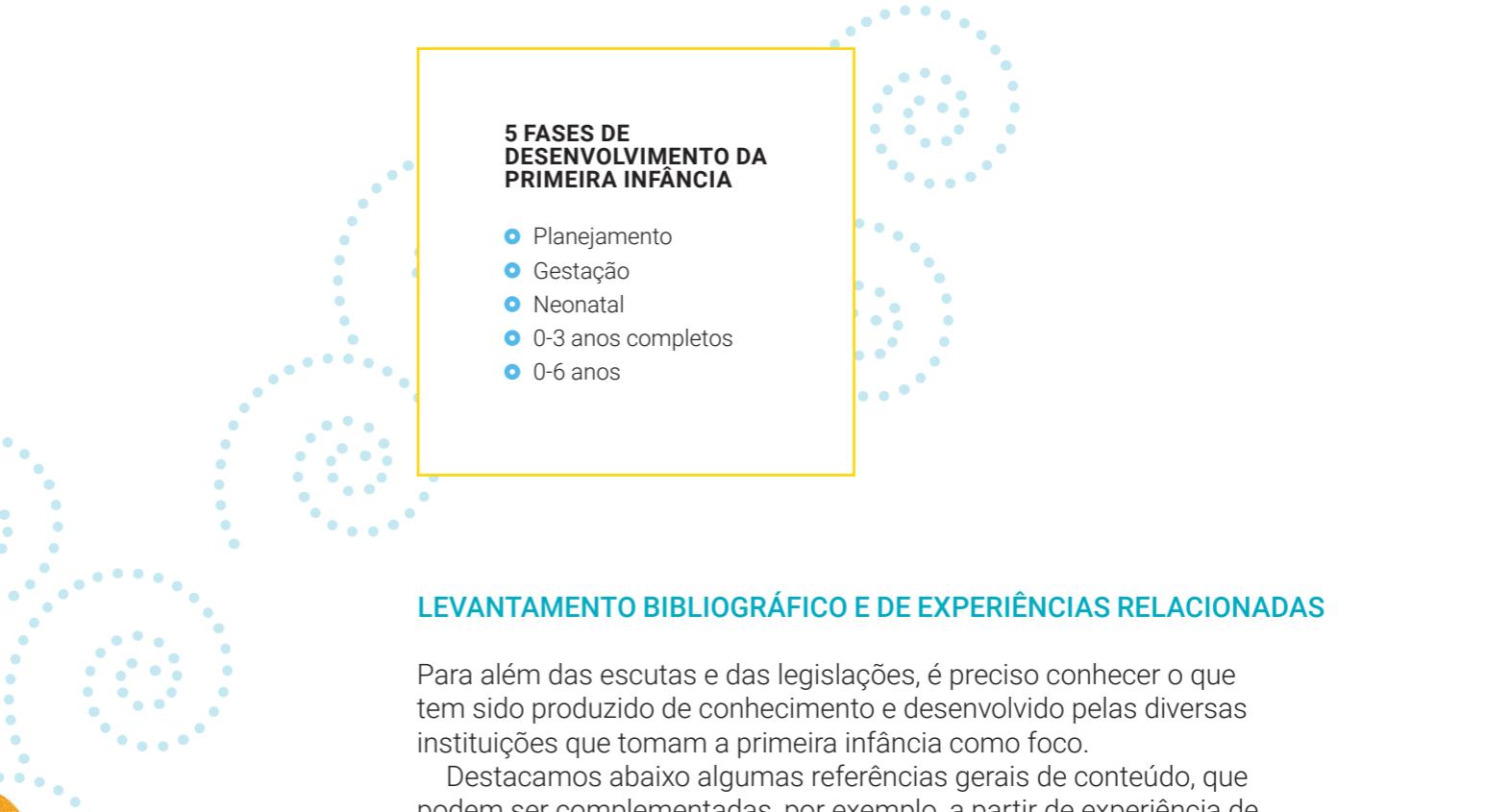
No caso do OPI de São Paulo, utilizou-se para as buscas nos portais os termos “primeira infância”, com pouco retorno (30 respostas), e “criança e adolescente”, com 379 respostas. Foi criado então um banco de dados destas normativas que continha as seguintes informações: Número da legislação | Nível Federativo | Ementa | Trecho sobre primeira infância ou criança | Tema.

- N° DA LEGISLAÇÃO – Registrar o número de identificação da normativa é importante para facilitar buscas e pesquisas contínuas ou posteriores.
- NÍVEL FEDERATIVO – Embora o observatório seja focado em dados municipais, é pertinente levantar não apenas as leis municipais, mas também as federais e estaduais.
- EMENTA – Por apresentar uma síntese do conteúdo da legislação, permite localizar de forma rápida qual a sua finalidade principal.
- TRECHO SOBRE PRIMEIRA INFÂNCIA OU CRIANÇA – Demanda a leitura da norma e cópia de trecho(s) que delibere(m) sobre o assunto da primeira infância ou da infância em geral.
- TEMAS – Definidos a partir dos eixos trabalhados pelos programas e pactos que serviram como referência para o desenho do OPI, conforme os quadros a seguir:

12 EIXOS DO PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS:

- GOVERNANÇA
- BENS NATURAIS COMUNS
- EQUIDADE, JUSTIÇA SOCIAL E CULTURA DA PAZ
- GESTÃO LOCAL PARA A SUSTENTABILIDADE
- PLANEJAMENTO E DESENHO URBANO
- CULTURA PARA A SUSTENTABILIDADE
- EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DE VIDA
- ECONOMIA LOCAL DINÂMICA, CRIATIVA E SUSTENTÁVEL
- CONSUMO RESPONSÁVEL E OPÇÕES DE ESTILO DE VIDA
- MELHOR MOBILIDADE, MENOS TRÁFEGO
- AÇÃO LOCAL PARA A SAÚDE
- DO LOCAL PARA O GLOBAL

PASSO-A-PASSO





PASSO 2: LEVANTAMENTO DE INDICADORES

O uso de indicadores tem sido uma importante estratégia de trabalho para monitorar a qualidade de vida, identificar causas e efeitos de fenômenos sociais, observar a garantia de direitos e de políticas e assegurar uma gestão pública de qualidade. Do ponto de vista da gestão municipal, dados estatísticos são necessários para orientar a tomada de decisões baseada em evidências, para que as ações tragam intervenções mais assertivas e direcionadas às prioridades do município. Ainda melhor quando esse trabalho pode ser feito em diálogo com a sociedade.

Com o intuito de potencializar iniciativas que localizem oportunidades e prioridades para as crianças no município, trabalhou-se com indicadores que possam ser monitorados ao longo do tempo, constituindo uma série histórica que permita identificar a evolução e melhoria nas condições de vida das crianças, e, de preferência, disponíveis no nível mais local possível (sub-regiões do município, por exemplo), de modo que facilite a identificação de territórios, serviços e equipamentos públicos que mereçam especial atenção dos gestores e da sociedade em geral.

Um **indicador** é o resultado de uma operação matemática sobre uma ou mais **variáveis**. Assim, um aspecto importante para qualquer observatório levar em conta é a relevância do dado e a forma como está calculado. Indicadores são usualmente apresentados como valores numéricos absolutos (número de habitantes, por exemplo) ou também como valores proporcionais (número de alunos por sala de aula, percentual de analfabetos ou número de mortes por ano, por exemplo), estes últimos denominados **taxas**.

Um indicador não traz apenas um dado primário ou uma única variável mas, sim, apresenta a correlação entre um assunto específico e o contexto em que está inserido. Por exemplo: ao nos perguntarmos sobre o número de adolescentes grávidas no município, temos que pensar qual é a pergunta que está por traz desta informação. O que se quer é saber a quantidade de meninas grávidas? A quantidade de meninas grávidas em relação ao total de adolescentes mulheres do município? Ou seria a quantidade de adolescentes grávidas em relação ao total de grávidas do município, independentemente da idade?

RESULTADOS DO PILOTO

Para organizar a matriz de dados do OPI, foram utilizados como referência inicial os eixos dos programas e estratégias mencionados anteriormente (PCS, Prêmio Cidade da Criança e Urban95) e seus respectivos indicadores, considerando apenas aqueles relacionados à criança com até 6 anos e seu contexto mais próximo. Partindo dessa matriz foi possível ampliar a busca por outros indicadores que complementassem os eixos abordados. É importante registrar que alguns foram desejados e, por não existir o dado coletado e/ou público, não foi possível inseri-los no observatório. Tais indicadores passaram então a ser apresentados como sugestões, para que se possa reivindicá-los aos governos e/ou instituições de pesquisas.

No trabalho de verificar as lacunas dos indicadores, em diálogo constante com o GT Crianças e Adolescentes da Rede Nossa São Paulo, foi observado um segmento das crianças que estão invisíveis nos dados estatísticos ou suas especificidades são pouco contempladas por eles⁽²⁾.

(2) Além destas, também não foram encontradas informações sobre aborto ou uso de métodos contraceptivos; licença paternidade ou crianças adotadas por casais com relação homoafetiva.

PASSO-A-PASSO

Em decorrência disso, deliberou-se sobre a necessidade de criar um capítulo especial no observatório, chamado **Crianças Invisíveis**, que procura dar visibilidade especial às condições de vida de crianças em abrigos ou outros serviços de acolhimento institucional, crianças encarceradas junto à suas mães (no período gestacional ou neonatal, por exemplo) ou em situação de rua, crianças adotadas, desaparecidas, imigrantes, crianças envolvidas com tráfico humano (nacional e internacional) ou tráfico de drogas, entre outras possibilidades. Apesar da grande dificuldade de encontrar informações quantitativas sobre estas crianças, foi possível cadastrar 10 indicadores no eixo – a maioria relacionada ao número de crianças atendidas ou à cobertura de serviços da assistência social e saúde no município.

Ao todo, uma lista de 130 indicadores foi definida. Acesse a relação completa e os resultados dos indicadores coletados.

Sugere-se que os municípios estabeleçam uma base de monitoramento que relate seus dados com os de indicadores nacionais e/ou internacionais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e Urban95, sendo assim possível avaliar o que acontece na sua cidade e o que está sendo discutido no âmbito mais macro em relação aos direitos das crianças.

Houve esforço significativo para coletar dados ao nível mais local possível, de modo que pudessem ser visualizados tanto agregados pelo total do município como desagregados por unidades territoriais menores (prefeituras regionais ou distritos, no caso de São Paulo).



QUEM SÃO AS "CRIANÇAS INVISÍVEIS"?

Há uma variedade de situações e especificidades vividas por algumas crianças que deveriam ser olhadas com maior atenção por aqueles que debatem políticas públicas, além de uma grande lacuna na abertura de dados para monitoramento da população.

De modo geral, os dados relacionados à condição de vida dessas crianças costumam ser poucos e, quando disponíveis, são atualizados com grandes intervalos de tempo e representam apenas a totalidade do município sem a possibilidade de visualização por unidades territoriais menores. Contudo, é importante destacar esse grupo de crianças para que seja possível olhá-las na sua complexidade e contexto.

Como estão aquelas acolhidas em abrigo? E aquelas com famílias temporárias? Quantas conseguem voltar para suas famílias biológicas? Em quais condições vivem? Quantos casos há de reincidência? Quais os principais motivos para a retirada dela de sua família?

Ou ainda, quantas crianças imigrantes ou refugiadas vivem no município? Como a família está se integrando na sociedade brasileira? Está sendo atendida pela rede de ensino, de saúde e de assistência social?

Quem escuta essas crianças? Muitas perguntas ficam sem respostas, por isso o OPI insiste na necessidade de tornar este tópico pauta para as agendas públicas de todo o país. Todas as crianças devem ser prioridade.

Abaixo listamos alguns temas e áreas de investigação que poderiam colaborar para a compreensão da condição de vida dessas crianças. Boa parte desses não estão retratados nos indicadores municipais disponíveis, havendo a necessidade de produzir categorias próprias, conduzir pesquisas amostrais, levantamentos qualitativos ou outros tipos de abordagens empíricas, para trazer luz à população infantil mais vulnerável e invisibilizada.

INDICADORES QUE COLABORAM PARA A COMPRENSÃO DA CONDIÇÃO DE VIDA DAS CRIANÇAS INVISÍVEIS:

- CRIANÇAS COM PAI OU MÃE OU GESTANTES PORTADORES DE DOENÇAS DEGENERATIVAS OU DE CONTÁGIO.
- CRIANÇAS DESAPARECIDAS.
- CRIANÇAS E GESTANTES EM SITUAÇÃO DE RUA.
- CRIANÇAS E GESTANTES EM SITUAÇÃO DE ENCARCERAMENTO (PRÉ-NATAL, PARTO E MATERNIDADE DA MULHER PRESA).
- CRIANÇAS E GESTANTES EM SITUAÇÃO DE EXPLORAÇÃO SEXUAL.
- CRIANÇAS E GESTANTES EM ACOLHIMENTO (NÃO APENAS A QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS EXISTENTES, MAS DADOS QUALITATIVOS SOBRE ESSA POPULAÇÃO).
- CRIANÇAS E GESTANTES IMIGRANTES OU REFUGIADAS.
- TRÁFICO DE CRIANÇAS.
- CRIANÇAS E GESTANTES QUE FAZEM USO DE DROGAS ILÍCITAS OU QUE ESTÃO ENVOLVIDAS EM SITUAÇÃO DE NARCOTRÁFICO.



PASSO 3: OUVIR AS CRIANÇAS

E comum entre os observatórios a predominância de dados quantitativos e a falta de diálogo com a sociedade em geral. No OPI procuraram-se meios de garantir a participação das crianças na construção do observatório, afinal, **para observar a infância é importante buscar a perspectiva das próprias crianças**.

RESULTADOS DO PILOTO

O método escolhido para a realização de escuta é baseado no conceito de pesquisa-ação e mescla técnicas fotográficas, etnográficas e semióticas (Photovoice), estimulando que pessoas realizem registros fotográficos e reflexões sobre suas realidades.

Lançou-se então a campanha “Qual o olhar das crianças sobre Sampa?”, que convidou responsáveis por crianças de 0 a 6 anos a circularem pelo bairro ou pela cidade, **fotografando com elas o que mais gostam e o que menos gostam na cidade**.

A campanha foi promovida pela internet para mobilização e envio online de fotos⁽³⁾ e, para uma ação mais qualificada, realizou-se também oficina presencial com famílias que se engajaram na campanha virtual. Foi escolhido um sábado para viabilizar a participação das famílias com seus filhos. A proposta foi percorrer as ruas do entorno, deixar as crianças fazerem suas descobertas, tirarem fotos e interagir entre elas - estando os adultos abertos para perceber as intencionalidades de cada registro.

Muitas das fotos das crianças em São Paulo traziam coisas que não se destacam aos olhos dos adultos, como as flores do canteiro que estão “presas” na cerca, as cores bonitas ou feias do graffiti (mais do que o desenho ou a frase em si), a tampa do bueiro que é bonita porque o ferro é trabalhado e decorado, a lixeira quebrada chamou tanto ou mais atenção do que o lixo jogado na rua. Além disso, na perspectiva da sua altura estavam dispostos nas lojas objetos de consumo como doces, salgadinhos, revistinhas, brinquedos, etc. Todo esse universo de percepções e sensações só pode ser notada quando a “palavra” estava com as crianças, quando elas puderam mostrar aos adultos o que veem da cidade e o que acham disso tudo.

(3) No Facebook: 15 mil visualizações do material de divulgação e mais de 100 compartilhamentos, porém baixo número de fotos enviadas.

PASSO-A-PASSO

METODOLOGIA: OLHAR DAS CRIANÇAS

PARA REPRODUZIR A OFICINA, HÁ TRÊS MOMENTOS FUNDAMENTAIS

1. SENSIBILIZAÇÃO

Roda de conversa com os pais para apresentar a proposta e sensibilizá-los sobre a importância desse processo como parte da construção de observatório que discutirá os direitos da primeira infância.

Esse momento também é importante para pactuar algumas ações com os pais, em especial no que diz respeito à segurança das crianças nas ruas e o comprometimento de fazer o terceiro momento desta oficina.

Enquanto há a conversa com os pais, as crianças são estimuladas a interagirem entre si, seja desenhando ou brincando. É preciso criar um ambiente no qual elas se sintam envolvidas e dispostas a entrar na “brincadeira” de tirar fotos do que elas gostam ou não na cidade. A presença dos pais – ou outro adulto com quem a criança tenha vínculo – é importante para mantê-la à vontade e acolhida.

2. EXPEDIÇÃO

Este é o momento de sair às ruas. Cada criança deve ter seu meio de tirar fotos (celular, tablet, máquina de fotografia, etc.) e deve permanecer com ele durante toda a expedição.

É importante que os pais não induzam os filhos sobre o que é bonito ou feio. Os adultos devem participar do momento interagindo, escutando o que a criança tem a dizer ou mostrar a respeito de alguma cena e refletir junto. Por que ela quis tirar aquela foto? O que ela acha daquilo?

3. CURADORIA E MAIS REFLEXÃO

A proposta da última etapa da oficina é conversar sobre o que foi visto durante a expedição e realizar uma curadoria das fotos. Isso pode acontecer em dois momentos: na volta da rua, com um bate-papo entre as crianças e os pais, ou em casa, quando as fotos forem baixadas no computador e enviadas para o observatório. Os adultos deverão escrever (nomear as fotos) sobre o que as crianças acharam da cena, se gostaram ou não do que viram e o porquê. Esse momento é bastante rico para a relação entre pais e filhos, pois, necessariamente, todos discutirão sobre o tema em mais um espaço de educação e diálogo entre eles.

O resultado da campanha e da oficina deve ser disponibilizado na plataforma do observatório e utilizado como mais uma ferramenta de apreensão e escuta do que as crianças têm a dizer sobre sua cidade e seu cotidiano, estimulando uma discussão política sobre o espaço público que temos e o que queremos para as nossas crianças.

IMPORTANTE!

- A captação e o uso das imagens devem ser autorizados pelos responsáveis das crianças para exposição na galeria online do Observatório.
- A criança não precisa aparecer na foto, pois o que se quer é saber como ela percebe a cidade.
- Pode ter pessoas na foto, desde que não seja um retrato (senão será necessária autorização específica para uso de imagem).

PARA INSPIRAR

Esta atividade pode ser promovida em outros contextos e com outras questões, tais como a escola, igreja, ONGs que atuam com famílias, centros comunitários, espaços de acolhida institucional de crianças, equipamentos culturais (bibliotecas, centros culturais, etc.), entre outros.

CONHEÇA OUTRAS METODOLOGIAS INSPIRADORAS PARA A ESCUTA DAS CRIANÇAS:

- Cidades Educadoras
- Imaginac
- Voz às crianças





PASSO 4: BOAS PRÁTICAS PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA

Seguindo a metodologia do PCS, é importante trazer para o espaço do observatório alguns exemplos de experiências inovadoras, que tenham bons resultados. Podem ser levantadas referências nacionais e internacionais, que dialoguem com os indicadores ou preencham as lacunas que os dados não conseguem. O objetivo é que se possa inspirar ações

locais a partir de práticas que demonstraram ter bons resultados para o desenvolvimento ou garantia de direitos da primeira infância.

Mas, afinal, como saber se uma iniciativa é uma boa prática?

É preciso verificar se a iniciativa tem disponíveis informações suficientes para preencher uma ficha de informações:

- BOA PRÁTICA: Nome da iniciativa
- DESCRIÇÃO: Quais são as atividades realizadas?
- OBJETIVOS: O que se pretende desenvolver a partir da iniciativa?
- METODOLOGIA: Como a iniciativa será implementada?
- CRONOGRAMA: Quando iniciou? Quais são as datas marcantes da iniciativa? Há uma linha do tempo?
- RESULTADOS: Os objetivos foram alcançados? Que tipo de abrangência foi alcançada? Há dados de monitoramento ou avaliação da iniciativa?
- INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS: Todas as organizações que puderem ser identificadas, inclusive aquelas que foram alvo da ação.
- CONTATOS: Indicar contato da instituição ou, se houver, pessoa de referência, para que se possa tirar dúvidas ou facilitar trocas de experiências.
- FONTES: Onde estão disponíveis as informações sobre a iniciativa?

RESULTADOS DO PILOTO

Foram levantadas e sistematizadas mais de 30 experiências, governamentais e não-governamentais. As referências foram encontradas a partir de indicações dadas durante a escuta das instituições, bem como a partir da pesquisa bibliográfica inicial para construção do OPI. Outras partem de renomadas redes de atuação na área da primeira infância, como a Rede Nacional Primeira Infância e RedOcara.

Cada boa prática listada foi associada a um eixo do Programa Cidades Sustentáveis, a um (ou mais) ODS com que se relaciona e a uma dimensão do Urban95.



PASSO 5: A PLATAFORMA

O observatório deve ser uma plataforma virtual capaz de hospedar base de dados de diferentes municípios e conectá-los na rede de cidades observadas.

RESULTADO DO PILOTO

Foi utilizada como base a plataforma Cidades Sustentáveis. O layout é simples e as ferramentas disponíveis proporcionam maior autonomia para o gestor público subir seu banco de dados sem burocracias e com apoio de material instrutivo. Além disso, os dados gerados são abertos, ou seja, qualquer cidadão pode consultar e baixar o banco de dados dos municípios da rede.

A consulta de indicadores pode ser realizada de diversas formas: pelos eixos do PCS, pelas áreas da Urban95, ou ainda a partir de um filtro complementar, por fase de desenvolvimento da primeira infância, a saber: gestação, neonatal, 0-3 anos, 0-6 anos e planejamento familiar. É possível encontrar indicadores desagregados por sub-regiões da administração municipal.

Na seção **Olhar das crianças** está a galeria de fotos tiradas pelas crianças nas campanhas realizadas nos diferentes municípios que passarem a integrar o observatório (passo 4 deste manual).

Na seção **Crianças Invisíveis**, além dos indicadores relacionados neste observatório, há informações não quantitativas, como artigos e pesquisas, e uma relação com sugestões de indicadores ainda inexistentes, porém relevantes para serem lembrados e pautarem discussões sobre os direitos de todas crianças.

CONHEÇA O
OBSERVATÓRIO DA
PRIMEIRA INFÂNCIA DO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

Para inserir dados na plataforma, a entrada contém a variável que compõe o indicador, a data e a fonte daquela entrada. Com isso, os indicadores que utilizam aquela variável são atualizados automaticamente e geram um novo número, chamado de valor do indicador.

ACESSE A ÁREA
OLHAR DAS
CRÍANÇAS E VEJA AS
FOTOS PRODUZIDAS
POR ELAS

CONCLUSÃO

PARA PENSAR AS CRIANÇAS INVISÍVEIS

- *A Realidade Dos Abrigos - Descaso ou Prioridade?*, livro escrito por Silvia Gomara Daffre.
- *Diretrizes Nacionais para o atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua.*
- *Guia Metodológico: o brincar como estratégia de fortalecimento de vínculos nas unidades femininas de privação de liberdade.*
- *A solidão da criança*, livro de Francesco Tonucci.
- *Retratos do Trabalho Infantil*, pesquisa feita por Fundação Telefonica e Ação Educação
- *Brasil Livre de Trabalho Infantil*, pesquisa feita pela ONG Reporter Brasil.
- *Escuta de Crianças e Adolescentes em Situação de Violência Sexual: Aspectos Teóricos e Metodológicos*, guia para capacitação em depoimento especial de crianças e adolescentes criado pela Childhood, UNICEF e Universidade Católica de Brasília.
- *Parâmetros de escuta de crianças e adolescentes em situação de violência*, da Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Criança e Adolescentes.

PARA INSPIRAR

- *Com olhos de criança*, livro de Francesco Tonucci.
- *Casa das estrelas: O universo contado pelas crianças*, livro de Javier Naranjo.
- Biblioteca digital da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.
- Blog *Pedagogia com a infância*.
- *O que a criança não pode ficar sem, por ela mesma*, sistematização da participação infantil no Plano Nacional pela Primeira Infância.
- *Avanços do Marco Legal da Primeira Infância*, do Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara de Deputados.
- *Imaginário*, livro escrito por Sophia Maria, menina de 10 anos que doou o valor arrecadado para a Adus (Instituto de Reintegração do Refugiado).

REFERÊNCIAS

PLATAFORMAS PARA COLETA DE DADOS

- Demografia e dados gerais
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- Sistema Seade de Projeção Populacional para o Estado de São Paulo
- Programa Cidades Sustentáveis
- Fundação Seade – Informações dos Municípios Paulistas
- Plataforma de Indicadores do Governo Federal
- ODS – Sistema de Relatórios Dinâmicos

EDUCAÇÃO

- Observatório do PNE
- Sistema de Informações Municipais – SIM Educação

SEGURANÇA

- Secretaria Estadual de Segurança Pública

SAÚDE

- Data SUS – Portal da Saúde
- Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM
- Sistema de Informações Hospitalares – SIH
- Sistema de Vigilância Alimentar Nutricional – SISVAN

Com exceção da Fundação Seade, as demais referências e fontes utilizadas para a produção do observatório da cidade de São Paulo também podem ser usadas por outros municípios brasileiros.

